






**ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE DE CURITIBA -
CONCITIBA**

1 Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, as quatorze horas e
2 trinta minutos, no auditório do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
3 - IPPUC, situado na Rua Bom Jesus, nº 669, bairro Cabral, nesta Capital, realizou-se a
4 VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA do Conselho da Cidade de Curitiba –
5 CONCITIBA sob a coordenação do Sr. Sérgio Póvoa Pires, Presidente do CONCITIBA.
6 Estiveram presentes, conforme lista de presença anexa e parte integrante desta Ata, os
7 seguintes **CONSELHEIROS DO CONCITIBA**: Luiz Fernando Gomes Braga/IPPUC,
8 Ana Célia P. Curuca Lourenção/SMTE, Chris de Almeida G. da Costa/PGM, Raphael
9 Rolim de Moura/SMMA, Edson Reva/SMAM, Ricardo Mac Donald Ghisi/SEPLAN, João 
10 Carlos Diório/SEPLAN, Leonardo A. Brusamolin Jr/SMU, Rosangela Maria
11 Battistella/URBS, Neucimary Amaral/COHAB, José Rodrigues Limeres/SETRAN, Jonny
12 Stica/CMC, Jorge Bernardi/CMC, Luis de Mauro/CONAM, Hilma de Lourdes
13 Santos/MLM, Ivo Roberto da Silva/Assoc. Morad. Ebenezer, Luis Carlos Molina/Assoc.
14 Morad. Campo de Santana, Maurício Rodrigues de Souza/MNLM, Everton José B.
15 Nogueira/SINDIURBANO-PR, Eduardo Recker Neto/CUT-PR, Ormy Leocádio Hutner
16 Júnior/SINDARQ-PR, Derci Terezinha Pereira/UGT, Luiz Carlos Borges da
17 Silva/SECOVI, Edenir Zandoná Júnior/FECOMERCIO-PR, Rivail Vanin Andrade/UP,
18 Paulo Rolando de Lima/UTFPR, Walter Gustavo Linzmayer/IAB-PR, Janaina de Fátima
19 Chudzik/IHGPR, José Augusto Túlio/Pró Design-PR, Rodolfo B. de P.
20 Jaruga/Cicloguaçu, Elair de M. e Silva Grassani/CEDEA, Ivo Sérgio Pereira
21 Santos/ONG Brinque e Limpe; **REPRESENTANTES DA SECRETARIA EXECUTIVA**:
22 Laércio Leonardo de Araújo, Sheila Branco, Emanoele Leal, Marcela Renata dos
23 Santos Zanella e Lea Veiga Guimarães. O presidente do CONCITIBA Sérgio Póvoa
24 Pires iniciou a reunião cumprimentando a todos e mencionando que 2013 foi um ano 
25 de muitas dificuldades, mas também de superação e que 2014 será o ano da discussão
26 do Plano Diretor da Cidade onde o Conselho atuação importante através de seus
27 conselheiros. A expectativa é que no final do ano de 2014 se tenha um Projeto de Lei 
28 para ser encaminhado ao Legislativo. Informa também que a coordenação da "Revisão
29 do Plano Diretor da Cidade" ficará sob a responsabilidade do Arquiteto e Urbanista



30 Miguel Roguski. Em seguida, passa a palavra ao Coordenador da Secretaria Executiva
31 do Conselho, Laércio Leonardo de Araújo, que iniciou enfatizando que esta 28º
32 Reunião Ordinária, a última do ano, tem como objetivo preparar os membros do
33 Conselho para que em 2014 todos tenham uma participação atuante na Revisão do
34 Plano Diretor da Cidade. Ressalta a importância de compatibilizar a agenda do
35 Conselho para em março de 2014 iniciar o debate do Plano Diretor e montar as
36 Câmaras Temáticas para uma discussão aprofundada de temas específicos, ainda não
37 definidos. A seguir, apresenta e submete aos conselheiros a pauta da 28º Reunião
38 Ordinária - RO: Abertura; Aprovação da Pauta da 28ª Reunião Ordinária; Aprovação
39 das Atas da 25ª e 26ª Reunião; Aprovação da Ata da 27ª Reunião; Informe da
40 Secretaria Executiva; Apresentações: "O que é um Plano Diretor", "Plano Diretor da
41 Cidade de Curitiba 2004" e "Avaliação do Plano Diretor de Curitiba"; Confraternização;
42 "Avaliação do Plano Diretor de Curitiba", "Plano Municipal de Saneamento" e Informes
43 dos Conselheiros. O Presidente do CONCITIBA Sérgio Póvoa Pires solicitou inversão
44 da pauta para se discutir inicialmente o Plano Municipal de Saneamento, a qual foi
45 aprovada por unanimidade. Em seguida o Coordenador passa aos informes:
46 AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS – TITULARES: Vereador Jonny Stica. CONVOCAÇÃO
47 DE SUPLENTE: Vereador Serginho do Posto. AUSÊNCIAS JUSTIFICADA –
48 SUPLENTE: Vereadora Noemia Rocha face ter compromisso em Brasília.
49 OBSERVAÇÃO: o Vereador Jonny Stica ligou um pouco antes de iniciar a reunião
50 confirmando sua presença. INFORMES: 1º) na reunião passada foi feita a
51 apresentação do Regimento Interno do CONCITIBA. Neste sentido, se existirem
52 quaisquer dúvidas a serem esclarecidas abre-se espaço para que sejam esclarecidas.
53 Em não havendo nenhuma manifestação de dúvida. 2º) o CONCITIBA terá uma
54 agenda para 2014 que deverá se alinhar, obrigatoriamente, com a agenda do Poder
55 Público Municipal por dois aspectos: em 2014 a Revisão do Plano Diretor da Cidade e
56 em 2015 a proposta da elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano
57 Sustentável, sendo esta última uma pauta muito interessante que irá discutir a "Cidade
58 Sustentável" através de um horizonte maior do que os 10 anos que o Plano Diretor
59 estabelece ou seja, será discutida uma Curitiba para daqui 50 anos. 3º) Já se deve ter
60 em mente que em 2016 acontecerá a 6º Conferência Municipal da Cidade de Curitiba -
61 6ª COMCURITIBA e a preparação desta conferência virá muito da discussão do Plano

Handwritten signatures and initials:
- A large signature on the left side of the page.
- Several smaller signatures and initials scattered across the bottom of the page, including one that looks like 'ER' on the right side.



62 Diretor e do Plano de Desenvolvimento Urbano Sustentável. Ainda, numa avaliação da
63 5º Conferência Municipal da Cidade de Curitiba – COMCURITIBA, realizada pelos
64 conselheiros da Comissão Executiva, pensou-se em criar uma agenda própria da
65 cidade de Curitiba, ou seja, um assunto, um tema da nossa cidade, como fizemos
66 nesta última conferência com o tema “A CIDADE QUE QUEREMOS”. Mas para isso,
67 será necessário um bom preparo para discussão dessa temática exigindo esforço,
68 dedicação e tornando prioritários os assuntos locais, pois atualmente estamos muito
69 vinculados a agenda nacional da Conferência, sendo necessário pautar essa nova
70 demanda local sem deixar de debater as temáticas nacionais. 4º) O Conselho da
71 Cidade de Curitiba - CONCITIBA precisa desburocratizar mais os processos das
72 conferências, pois, observou-se na 5º COMCURITIBA, o uso de muito tempo
73 discutindo-se a parte “legal” como Regimento Interno, Regulamento, Inscrições entre
74 outros assuntos, os quais acabaram por demandar quase que 90% do tempo do
75 Conselho e sobrando somente 10% para a discussão de conteúdo. Assim, concluindo
76 essa avaliação, sente-se a necessidade de balancear o tempo utilizado para as
77 discussões burocráticas e prioriza as de conteúdo. 5º) Acompanhamento dos Projetos
78 de Lei que estão em tramitação no Congresso que dizem respeito ao urbano, um deles
79 é o Estatuto das Metrôpoles que teve aprovada na Câmara dos Deputados uma
80 proposta inicial de Walter Feldeman e depois o relator, Deputado Federal Zezéu
81 Ribeiro, elaborou um projeto substitutivo, o qual foi aprovado na Câmara dos
82 Deputados e agora está no Senado. Esta é uma discussão a nível nacional que está
83 ocorrendo e nós enquanto Conselho e enquanto cidade estamos incluídos na
84 discussão da metrópole. 6º) Outro aspecto foi a assinatura de portaria, pelo Ministro
85 das Cidades, na abertura da 5º Conferência Nacional das Cidades, criando um grupo
86 de trabalho que fará uma discussão da formulação de uma Política Nacional de
87 Desenvolvimento Urbano, a partir de minuta existente de Projeto de Lei que foi
88 aprovado pelo Conselho Nacional das Cidades e encaminhado ao Ministério. O
89 Coordenador Laércio solicita também aos conselheiros do CONCITIBA que forem
90 também conselheiros Estadual e Nacional que sempre tragam ao Conselho
91 informações sobre a tramitação deste projeto. Na sequência o Conselheiro Vereador
92 Jorge Bernardi pede a palavra para passar um aviso e fazer um convite a todos os
93 conselheiros que a Frente dos Vereadores pela Reforma Urbana – FRENVRU, que



94 fará seu Congresso em Curitiba nos dias 27, 28 e 29 de março de 2014, ainda sem
95 local definido, sendo que um dos temas discutidos será sobre mobilidade urbana.
96 Assim, solicita a participação do Conselho e seus conselheiros, e do Instituto de
97 Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC, pois será um evento que
98 reunirá vereadores de todo o Brasil. Informa por fim, que existe uma representatividade
99 de todos os legislativos municipais no Conselho Nacional das Cidades e que no último
100 congresso ele foi reconduzido a fazer parte do Conselho Nacional. O Coordenador
101 Laércio solicita que o Vereador envie esse convite formalmente contendo as datas,
102 local e programação para posteriormente ser encaminhado a todos os conselheiros.
103 Solicita a palavra o conselheiro Walter Gustavo Linzmayer e informa sobre a atividade
104 da 1º Semana da Arquitetura do Estado do Paraná, que ocorrerá no dia de hoje, 18 de
105 dezembro de 2013, às 19h00min, no auditório do Museu Oscar Niemayer – MON e terá
106 como último evento o lançamento do livro HAVANA 63 - A HISTÓRIA DA
107 ARQUITETURA E A RESISTÊNCIA POLÍTICA, e uma mesa redonda com dois
108 arquitetos renomados, César Dorfman, do Rio Grande do Sul e Antônio Carlos
109 Campelo Costa, do Ceará. Menciona que ambos já foram presidentes de entidades
110 nacionais de arquitetura, e que ao final do evento terá um coquetel. Ressalta a
111 importância da presença de todos. Em seguida, passou-se a palavra ao Secretário
112 Municipal do Meio Ambiente, Renato Eugênio Lima, que inicia sua fala
113 cumprimentando a todos e em seguida explana acerca do Plano Municipal de
114 Saneamento Básico. Plano esse coordenado pela Engenheira Marlise Eggers Jorge,
115 diretora do Departamento de Recursos Hídricos e Saneamento. Destaca inicialmente,
116 que é a primeira vez que Curitiba elabora um Plano de Saneamento é este um passo
117 histórico da cidade. O Plano foi contruído num processo de grande eficácia porque
118 iniciou em janeiro de 2013 e já estamos com o plano em condições de ser adotado. O
119 Plano contém 5 (cinco) volumes tratando de diversos aspectos da cidade como: água e
120 abastecimento, esgoto sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos. É um
121 documento baseado na Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece a
122 necessidade de planos específicos como: Plano de Resíduos Sólidos, de Gestão de
123 Risco e assim foi avançado da mesma forma. É um trabalho de bastante profundidade
124 que teve uma discussão ampla nos diversos setores da sociedade, sendo que o
125 primeiro Conselho Municipal a tomar conhecimento do Plano foi o Conselho da Cidade

[Handwritten signatures and initials]



126 de Curitiba – CONCITIBA. Outrossim, o Plano também foi apresentado em audiência
127 pública na Câmara de Vereadores, e submetido a uma Câmara específica no Conselho
128 Municipal de Meio Ambiente. Ainda, recebeu contribuição da Associação Comercial do
129 Paraná, das ONG's, de Cidadãos, da Federação das Indústrias, do Conselho Municipal
130 de Saúde e do Grupo de Trabalho da Política Municipal de Saneamento. Enfim,
131 mobilizou a sociedade para discutir seu próprio futuro, sua qualidade de vida e “a
132 cidade que queremos” no aspecto do saneamento. Atualmente esse plano está
133 aprovado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente e do ponto de vista desse
134 Conselho o plano está apto a ser adotado pela Cidade, mas seria bastante oportuno o
135 CONCITIBA considerar recomendável a adoção do Plano Municipal de Saneamento já
136 que foi o primeiro Conselho a tomar conhecimento do plano. Salientou que o Plano
137 continua aberto para consulta através da página da Prefeitura Municipal de Curitiba e
138 por proposta da Federação das Indústrias foi aprovado com o teor que tem e com o
139 conjunto de ressalvas, propostas, recomendações e observações que foram
140 apresentadas para continuar as discussões no primeiro semestre de 2014, sendo que
141 nesse período ele continua disponível para ser aprimorado, para consultas,
142 observações e discussões e posteriormente será feita uma segunda etapa de
143 melhorias. Em seguida, passou a palavra ao Coordenador Laércio, que pergunta à
144 Plenária se damos seqüência à reunião, já que o que está em discussão é se os
145 conselheiros sentem-se aptos e informados para tomar a decisão de “recomendar” ou
146 “não recomendar” a adoção do Plano Municipal de Saneamento ou fazemos
147 posteriormente esse encaminhamento junto com a Engenheira Marlise Eggers Jorge -
148 coordenadora do plano. Ressaltou que é um plano em construção e por isso continua
149 aberto a sugestões, tendo a possibilidade de montar um grupo de trabalho para fazer a
150 discussão e complementação do mesmo. O Coordenador Laércio deixa aberta a
151 palavra à Plenária para perguntas e esclarecimentos que se fizerem necessários
152 quanto ao Plano Municipal de Saneamento. Com a palavra o Conselheiro Luiz
153 Fernando Gomes Braga – IPPUC, membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente,
154 relata que no Conselho do Meio Ambiente houve preocupação com o prazo para a
155 entrega do Plano e sua extensão, sendo tal preocupação solucionada na forma
156 relatada pelo Secretário, ou seja, havendo uma aprovação formal agora, pela
157 necessidade de cumprimento de prazos legais, e a continuidade do processo,

Handwritten signatures and initials:
- A large signature on the left side, possibly 'R.M.'.
- A signature 'Luiz Fernando Gomes Braga' in the middle.
- A signature 'Laércio' on the right side.
- Other initials and marks scattered at the bottom of the page.



158 prosseguindo com o acompanhamento continuado do Plano. Assim, o conselheiro
159 Braga sugere que o CONCITIBA recomende a aprovação do Plano Municipal de
160 Saneamento. Em seguida o conselheiro Vereador Jorge Bernardi faz uso da palavra
161 cumprimentando toda a equipe que elaborou o Plano Municipal de Saneamento.
162 Mencionou que em conversa informal com o Prefeito Gustavo Fruet o mesmo aduziu
163 que, de sua parte, existe a intenção de que o Plano não seja aprovado somente no
164 CONCITIBA, mas também pela Câmara Municipal, que é quem tem legitimidade para
165 aprovar esse tipo de programa e plano. O conselheiro Vereador Jorge Bernardi sugere
166 que o debate também seja feito no Legislativo Municipal em função de ser este o fórum
167 que a cidade tem. Lembra que na data da primeira apresentação do Plano feita pela
168 Engenheira Marlise o conselheiro teve o entendimento que o plano só seria aprovado
169 no CONCITIBA. Pergunta então ao Secretário do Meio Ambiente se isso efetivamente
170 vai ocorrer. O Secretário responde que a Câmara Municipal sempre terá legitimidade
171 de discutir e por isso foi feito até audiência pública nessa Casa e foi conversado com a
172 Comissão da Câmara Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. O
173 Secretário ressaltou que esse Plano é um processo de desenvolvimento em construção
174 e foi adotada a estratégia da recomendação do Plano devido à pressão do prazo legal,
175 porém, teremos no próximo semestre o aperfeiçoamento do mesmo e após essa fase
176 será oportuna a discussão final na Câmara Municipal e posteriormente ocorrerá a
177 aprovação da Política de Saneamento. O Coordenador Laércio Leonardo de Araújo faz
178 um esclarecimento enfatizando que a preocupação do Vereador Jorge Bernardi é
179 correta já que a temática de discussão é uma política de governo, a política de
180 saneamento da Cidade tem que ser uma política de Estado e para caracterizar como
181 tal deve passar pela Câmara Municipal. Assim, é bom ter esclarecido que nesse
182 momento a estratégia adotada é para não se perder o acesso aos recursos destinados
183 ao saneamento. Nesse sentido, ficou muito claro na abertura da 5ª Conferência
184 Nacional das Cidades quando a Presidente Dilma Rousseff assinou documento
185 montando uma comissão para acompanhamento da implantação do Plano Nacional de
186 Saneamento Básico, sendo enorme o montante de recursos que está previsto para os
187 próximos 30 anos, cerca de 10 a 12 bilhões de Reais destinados ao saneamento
188 básico. Curitiba por uma questão estratégica adotou passar o Plano pela aprovação
189 dos Conselhos no sentido de se qualificar para obtenção dos recursos porém, reforça

Ed
[Handwritten signatures and initials]
6



190 que passar o Plano pela Câmara Municipal é fundamental para caracterizar uma
191 política de Estado até porque esses programas transcendem gestões. Em seguida,
192 passou a palavra ao conselheiro Luís de Mauro – CONAM o qual propõe que o Plano
193 seja recomendado pelo Conselho e depois se iniciem os debates dentro do
194 CONCITIBA. O Conselheiro Rodolfo Brandão de Proença Jaruga – Cicloguaçu
195 pergunta ao Secretário Renato qual a exigência da realização desse Plano, para que
196 serve, quanto aos recursos que o município terá acesso, prazos, legalidade, e se é
197 necessário que seja aprovado aqui no Conselho? Quais são as exigências que o
198 executivo nacional vem fazendo? A coordenadora do plano a Engenheira Marlise
199 Eggers Jorge responde que a elaboração da proposta do Plano Municipal de
200 Saneamento iniciou há um ano por exigência da Lei Federal 11.445/2007 esse plano
201 contemplará diretrizes e justificativa das necessidades de melhoria da cidade na área
202 de saneamento, o prazo final para apresentação do mesmo, conforme a lei, é até
203 31/12/2013 e a condição dessa lei é que todos os municípios brasileiros que não
204 tiverem um plano municipal de saneamento não terão acesso a recursos estadual e
205 federal para essa temática. A Engenheira Marlise Eggers Jorge reforça que é um plano
206 participativo por esse motivo foi apresentado em Conselhos, fóruns, Câmara, grupos
207 técnicos e ainda está disponível na internet para consulta pública como é um plano que
208 ainda terá um prazo de mais 6 (seis) meses para ajustes necessários nesse período
209 será mantido na internet para sugestões e críticas, sendo que toda essa mobilização da
210 sociedade irá contribuir na construção do plano. Na seqüência o Engenheiro Edison
211 Reva - SMMA sugere que o CONCITIBA faça hoje a recomendação de aprovação do
212 Plano Municipal de Saneamento, na forma que foi apresentado na última reunião, com
213 a condição de que posteriormente o plano retorne a este Conselho na sua versão final
214 para apreciação. O conselheiro Walter Gustavo Linzmayer – IAB faz uso da palavra
215 solicitando que quais os pontos de maiores observações, contribuições e críticas que
216 apareceram nesse tempo de maturação do Plano? A Engenheira Marlise Eggers Jorge
217 responde que esse mês tem sido bastante intenso, na data de hoje nessa reunião do
218 CONCITIBA encerram-se as consultas aos Conselhos e no dia 20.12.2013, o plano vai
219 estar disponível na internet e será mantido por mais três meses para consulta, portanto
220 dentro do prazo de 6 meses de correção. O conselheiro Paulo Rolando de Lima –
221 UTFPR sugere que o CONCITIBA faça a recomendação do Plano, pois foi feita uma

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with dates like '27'.



222 apresentação muito detalhada do mesmo pela Engenheira Marlise, e como o papel do
223 Conselho não é o de chegar nas minúcias, mas sim trabalhar com diretrizes macros
224 das necessidades do Município, por brevidade, o conselheiro reforça sua sugestão
225 para que o CONCITIBA recomende o Plano Municipal de Saneamento. Com a palavra
226 a conselheira Ana Célia P. C. Lourenção – SMTE também sugere a recomendação do
227 plano ressalta que seria imprudente não fazer isso pois prejudicaria a aprovação de
228 algum financiamento ou remessa de alguma verba do Governo Federal. Enfatiza que
229 após a revisão o plano seja encaminhado ao Conselho com antecedência para ser
230 analisado com mais detalhes. Em seguida o conselheiro Luís de Mauro – CONAM
231 sugere a participação de um conselheiro no grupo de trabalho para revisão do plano. O
232 Coordenador Laércio Leonardo de Araújo salienta ser necessário colocar essa
233 sugestão em debate porque envolveria alguma decisão ainda hoje, por motivo de
234 prazo, já que nossa próxima reunião será no mês de março de 2014. A Engenheira
235 Marlise comenta que a composição do grupo de trabalho para revisão do plano será
236 indicada pela equipe de secretariado da Prefeitura junto com o prefeito. O Coordenador
237 Laércio sugere para que posteriormente seja feito o encaminhamento quanto a
238 indicação de um representante do CONCITIBA para composição do grupo de revisão
239 do plano desde que seja aprovado pela plenária. Em seguida o conselheiro Luís Carlos
240 Borges da Silva – SECOVI inicia sua fala parabenizando a Engenheira Marlise e toda a
241 equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente pelo bellissimo trabalho elaborado e
242 ressalta seu apoio a proposição do conselheiro Luís de Mauro – CONAM de ter um
243 representante da sociedade civil compondo o grupo de trabalho que fará a revisão do
244 plano, faz também uma ratificação sobre duas recomendações que foram
245 encaminhadas pela Associação Comercial do Paraná – ACP, Federação do Comércio
246 do Paraná – FECOMÉRCIO e Sindicato da Habitação e Condomínios do Estado do
247 Paraná – SECOVI: 1º) para renovação ser necessário pegar uma declaração da
248 Sanepar para se expedir o alvará de funcionamento – os três órgãos são totalmente
249 contrários justificando que isso vai burocratizar o processo não será algo simples obter
250 essa declaração; 2º) apóia a redução da alíquota de 85% de esgoto (atualmente) para
251 80% com a ressalva de que quem não estiver regularizado continua pagando referente
252 a 85% podendo subir para 95%, sendo que as entidades referidas são extremamente
253 contra este ponto. A conselheira Janáina de Fátima Chudzik – IHGPR sugere que



254 sejam indicados dois representantes para compor o grupo que fará a revisão do Plano
255 Municipal de Saneamento um titular e um suplente. Em seguida o Coordenador Laércio
256 Leonardo de Araújo prossegue a reunião com os encaminhamentos e propõe em
257 deliberação de recomendar a aprovação do Plano, através de Resolução do
258 CONCITIBA face a necessidade da exigência de aprovação formal, com as seguintes
259 ressalvas: a participação de membro do Conselho no grupo de trabalho representando
260 a sociedade civil; a apresentação ao CONCITIBA das avaliações e considerações
261 desse grupo de trabalho, após 6 (seis) meses do início de seus trabalhos. A
262 conselheira Elair de Macedo e S. Grassani – CEDEA sugere constituir no CONCITIBA
263 uma Câmara Temática para acompanhamento, discussão e avaliação do plano. O
264 Coordenador Laércio Leonardo de Araújo ressalta que em março de 2014 iniciaremos
265 as discussões da Revisão do Plano Diretor da Cidade e nesse momento teremos a
266 oportunidade de criar uma Câmara Temática ou um Grupo de Trabalho para realizar
267 esse acompanhamento. O Coordenador Laércio coloca em regime de votação a
268 proposta de recomendar o plano com as ressalvas acima citadas, a qual é aprovada por
269 unanimidade. O Coordenador agradece a presença e a contribuição do Secretário
270 Renato Eugênio Lima e da Engenheira Marlise Eggers Jorge. Em seguida o
271 Coordenador Laércio faz uma sugestão para que no momento da confraternização seja
272 formado um grupo para dar encaminhamento quanto à sugestão de indicação de
273 representante no grupo de revisão do Plano Municipal de Saneamento. Na sequencia,
274 passa a palavra ao Arquiteto e Urbanista Miguel Roguski que faz uma apresentação
275 com o tema "O que é um Plano Diretor" tendo como enfoque a Revisão do Plano
276 Diretor de Curitiba que acontecerá no ano de 2014. Inicia sua apresentação fazendo
277 uma abordagem do Plano Diretor: 1) Diretrizes Gerais - o que é Plano Diretor –
278 conceito, o que a legislação diz que é, 2) Diretrizes Nacionais da Política Urbana – que
279 orienta todo o processo, 3) Evolução da Ocupação Urbana – Evolução da população de
280 Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba nos últimos 60 anos, 4) Conurbação
281 Metropolitana, 5) Cidade "Mancha de Óleo" e Cidade Linear – Plano Agache, Plano
282 Preliminar 66 e Conceito Cidade Linear, 6) A Cidade Linear, 7) Evolução Urbana 1966⁵
283 – 2012 – como ocorreu dentro desse período, 7) Política de Desenvolvimento Urbano:
284 objetivo, tripé: uso do solo, sistema viário e transporte, aspectos econômicos, sociais e
285 ambientais de Curitiba e RMC e Governança – gestão democrática, 8) Planos



286 Integrantes do Sistema de Planejamento: Inovação do Plano de Governo –
287 planejamento 2015 + 50 anos - Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano
288 Sustentável, 9) Revisão do Plano Diretor: Etapas e Interações - Objetivo elaborar a
289 minuta de Lei até 05/12/2014 e até 2016 continuar o processo de detalhamento do
290 plano, Serão os Participantes: Prefeitura Municipal de Curitiba (secretarias afins),
291 IPPUC/Conselho da Cidade de Curitiba – CONCITIBA, Sociedade Civil Organizada,
292 Administrações Regionais, Região Metropolitana de Curitiba e Câmara Municipal de
293 Curitiba, assim finalizando sua explanação. Em seguida o Coordenador Laércio
294 Leonardo de Araújo abre inscrições para a Plenária realizar perguntas e assim dar
295 continuidade ao debate. O conselheiro Rodolfo B. P. de Jaruga – Ciclotguaçu inicia sua
296 fala agradecendo o Miguel Roguski pela apresentação e pergunta se é competência do
297 CONCITIBA elaborar a Minuta do Projeto de Lei, que será posteriormente enviado a
298 Câmara Municipal, ou essa elaboração ocorrerá de outra forma? Como se dará o
299 desenvolvimento técnico do Projeto de Lei? Em seguida o conselheiro Ivo Sérgio
300 Pereira Santos – ONG Brinque e Limpe mostra a todos um volume que o Estado
301 elaborou com a denominação “Plano Estadual para Gestão Integrada e Associada de
302 Resíduos Sólidos Urbanos do Paraná”. Conta que dentro desse volume consta uma
303 subdivisão do estado em 20(vinte) regiões na qual Curitiba ocupa a região
304 19(dezenove) sendo cidade a sede da região. Sua sugestão é criar um poder regional
305 dos poderes já constituídos unindo esses 29 municípios para tratar de assuntos como
306 resíduos sólidos entre outros. Continuando informa que hoje pela manhã foram
307 lançados os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por bacias hidrográficas do
308 Estado do Paraná contendo inclusive indicadores de saneamento. Com a palavra o
309 arquiteto Miguel Roguski responde o conselheiro Rodolfo Jaruga informando que é de
310 competência do Poder Executivo Municipal elaborar o Plano Diretor ouvido
311 CONCITIBA. Ressalta que estamos num processo de construção dessa gestão
312 democrática e é a primeira vez que o Conselho vai participar da discussão do Plano
313 Diretor da Cidade já que nas edições anteriores o CONCITIBA não existia. Essa
314 discussão de como todo esse processo será conduzido, vai acontecer em março de
315 2014. Conselheiro Rodolfo Jaruga pergunta qual é a competência do Conselho, para
316 esclarecer os limites da nossa discussão, já que a lei que institui o Conselho atribui à
317 competência de revisar o Plano Diretor, a pergunta é: os limites – o plano será



318 elaborado fora ou dentro do Conselho? O Conselho será consultado? Haverá uma
319 participação? A Coordenadora Administrativa, advogada Sheila Branco responde que a
320 revisão do Plano Diretor é uma questão legal, e que de acordo com a Lei nº
321 12.579/2007, artigo 2º “o Conselho pode apresentar, apreciar e avaliar propostas de
322 revisão e adequação do Plano Diretor de Curitiba e da legislação urbanística a ele
323 referente”, ou seja, o Conselho vai apresentar propostas e vai estudar conjuntamente
324 com todos os técnicos do IPPUC. Será um trabalho em conjunto. Em seguida o
325 Coordenador Laércio faz um esclarecimento que existem outros instrumentos de auferir
326 a participação popular como as audiências públicas, portal da web, o Conselho tem um
327 papel significativo no processo, mas também existem esses instrumentos não se
328 limitando apenas a participação do Conselho e sim criando um processo amplo. O
329 Conselheiro Jorge Bernardi – CMC cumprimenta o Arquiteto Miguel Roguski pela
330 apresentação e sugere que o Conselho no ano de 2014 deve se voltar para a Revisão
331 do Plano Diretor e a Elaboração do Plano de Mobilidade, até 15 de abril de 2015, pois
332 cidades com mais de 20.000 habitantes, de acordo com a lei que estabeleceu as
333 diretrizes de mobilidade urbana, terão que ter um Plano de Mobilidade e esse plano
334 deve ser integrado ao Plano Diretor então como proposta ele sugere que deveríamos
335 deixar os seguintes itens: Sistema de Planejamento Urbano, Estrutura Urbana,
336 Instrumentos Política Urbana, Patrimônio Ambiental e Cultural, Habitação, Política
337 Desenvolvimento Social, Política Desenvolvimento Econômico e Gestão Democrática e
338 nos concentrarmos na Revisão do Plano Diretor e na Elaboração do Plano de
339 Mobilidade até porque ano que vem teremos a maior obra de mobilidade dos últimos
340 60(sessenta) anos e os recursos federais só serão repassados aos municípios se um
341 Plano de Mobilidade for apresentado. Em seguida a conselheira suplente Hilma de
342 Lourdes Santos – MNLM pergunta como vai funcionar a metodologia que vai garantir a
343 participação popular na revisão do plano? Ressalta que as ferramentas têm que vir do
344 poder público para garantir essa participação. O Conselheiro Vereador Jonny Stica –
345 CMC faz uso da palavra se apresenta como membro da Comissão de Urbanismo na
346 CMC e conselheiro do CONCITIBA, fala do papel da Câmara Municipal na discussão
347 do Plano Diretor afirmando que é com a parceria do poder público municipal, IPPUC e
348 CMC, legislativo e executivo, e com as audiências públicas, a CMC tem que se
349 preparar para a temática que entra em discussão e em seguida ouvir as sugestões da



350 população e a partir daí formular um texto e por último a votação da lei. Respondendo
351 as perguntas o Arquiteto Miguel Roguski e enfatiza a compreensão do que venha ser a
352 construção de um processo de Gestão Democrática o qual estamos desenvolvendo.
353 Nunca um plano diretor teve uma complexidade de participação como o de agora,
354 destaca a importância dos conselheiros estarem refletindo como ampliar a
355 representatividade do Conselho frente aos seus representados. No ano de 2014 o foco
356 é a definição das políticas, das diretrizes através de um detalhamento progressivo,
357 quais são os valores e a visão de futuro para a cidade. Os Planos Setoriais são
358 detalhamentos que devem responder as políticas definidas no Plano Diretor é
359 necessário ter esse entendimento que é um processo de discussão de dois anos e
360 meio, no ano de 2014 o foco é a definição das políticas. O Conselheiro Jorge Bernardi
361 – CMC pergunta se no IPPUC a algum grupo discutindo sobre o Plano de Mobilidade
362 Urbana porque essa lei é do início de 2012 e o município deverá ter o Plano de
363 Mobilidade Urbana elaborado em consonância com o Plano Diretor. O Arquiteto Miguel
364 Roguski responde que o IPPUC já tem um Plano de Mobilidade e Transporte elaborado
365 e aprovado por este Conselho em 2008, e que o mesmo em momento oportuno será
366 também revisado dentro da agenda da discussão do Plano Diretor 2014, o conselheiro
367 Jorge Bernardi – CMC afirma que não está contemplado no conceito atual diz até
368 porque quando foi elaborado a Lei de Mobilidade Urbana, com a sua participação na
369 condição de conselheiro do Conselho Nacional das Cidades, que foi aprovado pelo
370 Congresso em 2012, a partir de um novo conceito do que vem a ser Mobilidade Urbana
371 e depois de toda a revolução que aconteceu na cidade e no Brasil deve-se ter um novo
372 enfoque sobre o que é mobilidade urbana. O Conselheiro Walter Gustavo Linzmayer –
373 IAB ressalta que a participação popular na discussão do Plano Diretor é garantida por
374 lei e a quantidade de questões colocadas quanto aos participantes da revisão do Plano
375 Diretor estão muito abrangentes. Enfatiza também que essa revisão não é só do
376 cidadão Curitibano é também da população que vive na Região Metropolitana.
377 Parabeniza o coordenador do trabalho o Arquiteto Miguel Roguski pela apresentação
378 afirmando que ficou bem clara a participação multisetorial na discussão do plano. Faz
379 uso da palavra o conselheiro Luís Fernando Gomes Braga chamando a atenção que a
380 responsabilidade do executivo e do compromisso público e político dessa gestão de
381 fazer a participação como um dos pilares da gestão além da inovação e da



382 sustentabilidade o legislativo tem o compromisso constitucional de realizar essa
383 construção. É uma grande oportunidade que o executivo, legislativo e essa evolução do
384 CONCITIBA de ter sua representação duplicada com representantes da sociedade civil
385 organizada, é um momento histórico que deve ser bem aprofundado e aproveitado ao
386 máximo. Como proposta de encaminhamento sugere que o CONCITIBA avalie que um
387 dos temas para discussão futura fosse o “processo de gestão democrática”, pensando
388 no longo prazo, como esse Conselho pode contribuir nesse processo que o Estatuto da
389 Cidade colocou tão recentemente no ano de 2001 (dois mil e um) essa é uma
390 contribuição que pode ser feita por esse Conselho. O conselheiro José Augusto Tulio
391 Filho – PróDesign-Pr faz uma proposta de encaminhamento que o Conselho possa
392 desenvolver Câmaras o Grupos de Trabalho que contemplem todos os eixos de
393 trabalho já citados na Revisão do Plano Diretor para uma discussão mais aprofundada
394 sem priorizar um eixo para uma discussão específica. Ressalta que a mobilidade
395 urbana é importante, mas existem outras questões que transitam e são horizontais a
396 todos os eixos, por isso não concorda em priorizar uma única questão. O conselheiro
397 Rivail Vanin Andrade – UP pergunta: 1º) há previsão de alteração da lei de uso do solo,
398 que é do ano 2000, 2º) se pretende regulamentar os instrumentos do estatuto da
399 cidade no próprio Plano Diretor ou será uma legislação a parte? e 3º) qual a
400 metodologia que se imagina para fazer o diagnóstico do Plano Diretor se é CDP, Swat
401 em fim ou se te tem uma outra metodologia? O Arquiteto Miguel Roguski responde que
402 quando se fala de políticas e instrumentos os instrumentos são descritos no próprio
403 Plano Diretor e também como será o seu desdobramento, no caso da outorga onerosa
404 ocorreu uma lei específica de ocupação urbana consorciada, a linha verde é um
405 exemplo, na qual o instrumento foi utilizado. A adequação de 2004(dois mil e quatro) já
406 contemplou os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e espacializou a sua
407 aplicação e remetido a lei específica. Quanto a metodologia existe um grupo de
408 trabalho específico tratando de como fazer o diagnóstico de ocupação territorial, os
409 parâmetros e normas urbanísticas de cada um dos territórios se foi ou não aplicada e
410 se isso causou impacto positivo ou negativo. Na sequencia é feita uma pausa para o
411 coffee breack. Retomando a reunião o Coordenador Laércio Leonardo de Araújo
412 apresenta a Arquiteta e Urbanista Mônica Máximo, ela faz uma explanação sobre a
413 atividade do Setor de Monitoração tendo como função a monitoração e avaliação de



414 planos e políticas públicas em especial do Plano Diretor, sua apresentação
415 contemplará o seguinte enfoque: Tema: Avaliação Setorial do Plano Diretor de Curitiba,
416 1) Instrumentos Legais, 2) Objetivo, 3) Metodologia – exemplo: Mobilidade e
417 Transporte, 4) Metodologia de Avaliação – Desempenho Histórico e Método Genebrino
418 ou Distancial, 5) Resultados: Mobilidade Urbana e Transporte Integrado, Habitação e
419 Habitação de Interesse Social, Controle Ambiental e Desenvolvimento Sustentável,
420 Desenvolvimento Social – Promoção e Ação Social, Desenvolvimento Social – Esporte
421 Lazer, Desenvolvimento Social – Saúde, Cultura, Desenvolvimento Econômico e
422 Turismo, Educação, Segurança e Defesa Civil. Finalizando sua apresentação mostra a
423 todos a página do IPPUC na web onde estão disponíveis para consulta os Indicadores
424 sobre o Plano Diretor e também comenta sobre a capacitação feita nas Administrações
425 Regionais aos funcionários abordando o que é Plano Diretor? Como Curitiba se
426 encontra no processo de revisão do Plano Diretor? No segundo momento foram
427 realizadas oficinas para levantamento da percepção que se tem do município, da
428 regional e quais os anseios, propostas ou seja, qual a cidade e a regional que se quer
429 para o futuro, em 2014 será feito esse treinamento com a população – lideranças
430 comunitárias nas regionais e assim ser estruturado dados perceptível e comparado
431 com os dados técnicos já levantados, finalizando sua apresentação. O Coordenador
432 Laércio Leonardo de Araújo agradece a apresentação e abre para plenária para
433 perguntas o conselheiro Rodolfo Brandão de Proença Jaruga – Cicloguaçu faz um
434 informe a todos que no dia 18/01/2014 a entidade irá organizar uma discussão junto
435 com os movimentos sociais sobre mobilidade urbana com vistas para formulação de
436 propostas para o Plano Diretor. A conselheira Derci Terezinha Pereira – UGT
437 parabeniza a Monica pela bela apresentação e se disponibiliza para participar das
438 reuniões que serão feitas nas Administrações Regionais para discussão dos
439 indicadores. O Coordenador Laércio Leonardo de Araújo ressalta sobre um assunto
440 pendente que seria a indicação de dois conselheiros um titular e um suplente para
441 fazer parte do grupo de acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento pergunta
442 se a plenária já escolheu esses nomes, só ressalta que devem se candidatar pessoas
443 que realmente tenham disponibilidade de tempo para acompanhar esse trabalho. Os
444 conselheiros que se apresentam são: Eduardo Recker Neto - CUT, conselheiro
445 suplente, convocado face ausência do titular, o senhor Ivo S. Pereira Santos,



446 conselheiro suplente – Brinque e Limpe, Janaína de Fátima Chudzik – IHGPR,
447 conselheira suplente e Rodolfo Brandão de Proença Jaruga – Cicloguaçu, o
448 encaminhamento dado a essa situação é que se houver algum tipo de reunião esses
449 dois nomes seriam os representantes do Conselho nesse trabalho, mas será definido a
450 indicação na próxima reunião, na sequência o conselheiro Rodolfo Brandão de Proença
451 Jaruga – Cicloguaçu solicita que as indicações sejam realizadas com a indicação de
452 somente conselheiros titulares sendo acatada pela plenária e considera aprovado o
453 encaminhamento. Na sequência o Presidente Sérgio Póvoa Pires agradece a todos os
454 conselheiros e conselheiras pelo trabalho desenvolvido nesse ano de 2013, a todos os
455 componentes da Secretaria Executiva do CONCITIBA nas pessoas do Secretário
456 Executivo Laércio Leonardo de Araújo, da Coordenadora Administrativa Sheila Branco,
457 da Coordenadora Técnica Emanoele Leal e das Gestoras Administrativas Léa
458 Guimarães e Marcela Renata S. Zanella, aos funcionários da Prefeitura que
459 contribuíram durante todo o ano nas reuniões do CONCITIBA e em especial a
460 participação da Câmara Municipal de Curitiba finalizando desejando a todos um feliz
461 natal e um bom ano de 2014, e não havendo mais a ser relatado deu por encerrada a
462 28ª Reunião Ordinária no dia dezoito de dezembro de dois mil e catorze.

Sérgio Póvoa Pires

Presidente Titular - IPPUC

Luis Fernando Gomes Braga –

Titular - IPPUC

Ana Célia P. Curuca Lourenção

Titular - SMTE

Chris de Almeida G. da Costa

Titular – PGM

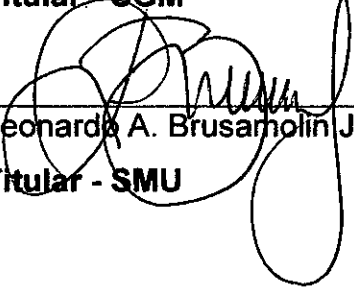



Raphael Rolim de Moura
Titular - SMMA


Edison Reva
Titular - SMAM

Ricardo Mac Donald Ghisi
Titular - SGM

João Carlos Diório
Suplente - SGM

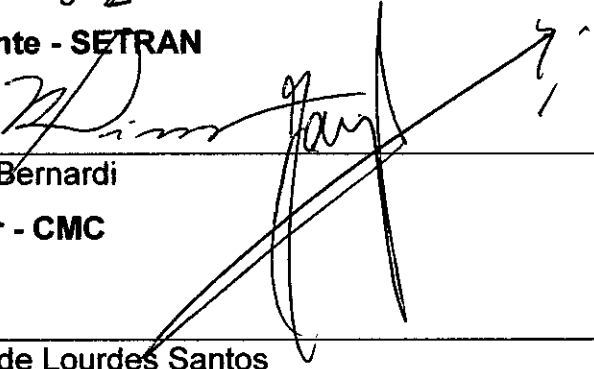

Leonardo A. Brusanolin Jr.
Titular - SMU

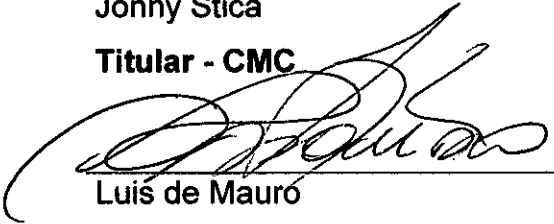
Rosangela Maria Battistella
Titular - URBS

Neucimary Amaral
Suplente - COHAB

José Rodriguez Limeres
Suplente - SETRAN

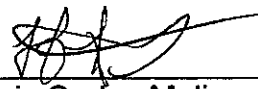
Jonny Stica
Titular - CMC


Jorge Bernardi
Titular - CMC

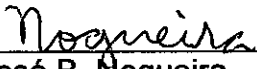

Luis de Mauro
Titular - CONAM

Hilma de Lourdes Santos
Suplente - MNLM


Ivo Roberto da Silva
Titular - Assoc. Morad. Ebenezer


Luiz Carlos Molina
Suplente - Assoc. Morad. Campo Santana


Maurício Rodrigues de Souza
Titular - MNLM


Everton José B. Nogueira
Suplente - SINDIURBANO

Eduardo Recker Neto
Suplente - CUT



Ormy Leocádio Hutner Júnior

Titular - SINDARQ

Luiz Carlos Borges da Silva

Titular - SECOVI

Rivail Vanin Andrade

Titular - UP

Walter Gustavo Linzmayer

Titular - IAB

Rodolfo B. de P. Jaruga

Titular - Cicloguaçu

Elair de M. e Silva Grassani

Titular - CEDEA

Derci Terezinha Pereira

Suplente - UGT

Edenir Zandoná Junior

Suplente - FECOMÉRCIO

Paulo Rolando de Lima

Suplente - UTFPR

Janaína de Fátima Chudzik

Suplente - IHGPR

Ivo Sérgio Pereira Santos

Suplente - ONG Brinque e Limpe